

# O governo, acuado e sem alternativas

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — O governo está com verdadeiro pavor de ter de anunciar uma inflação de 30%, em novembro, sem ter uma resposta pronta para dar à sociedade. Os sinais de que a política do feijão-com-arroz chega à exaustão são cada mais fortes, que tem motivado alguns assessores do presidente José Sarney a defender a adoção de um novo programa econômico para ser colocado em prática a partir de 1º de janeiro, ou a troca da equipe responsável pela política atual. Mesmo para vigorar em janeiro, as medidas teriam de ser anunciadas no final de novembro ou início de dezembro.

“O governo está cada vez mais empurrado contra a cerca”, afirma um assessor da área econômica, numa referência à perda de espaço de manobra, em consequência da mudança de nível da inflação, sem que haja um programa para reduzi-la. As amplas discussões sobre o plano Real elaborado pelo economista Francisco Lopes e a demissão de Juarez Soares da direção do Banco Central são dois fatos que, na visão de assessores, mostram a necessidade de o governo apresentar suas armas. A retórica de que reduzindo o déficit público a inflação cairá não tem mais a menor sustentação na realidade, afirmam.

Todos os indicadores de posse do governo mostram que a inflação de novembro será mais alta do que a de outubro, que ficará ao redor de 27%. Somente os benefícios sociais concedidos pela Constituinte e que os empresários já estão repassando para os preços estão provocando um impacto entre 5 e 6%, e afeta mais fortemente o mês de novembro.

Há 15 dias chegavam ao conhecimento do governo informações de que as empresas já estavam trabalhando com uma estimativa de inflação de 30% em novembro. O espaço de tempo para que esses aumentos cheguem ao consumidor é muito pequeno, considerando-se que o comércio está trabalhando sempre com estoques muito reduzidos, em função das altas taxas de juros no mercado financeiro.

## FALTA CONFIANÇA

Mesmo com uma inflação que está saltando de três a quatro pontos percentuais a cada mês, dificilmente serão anunciadas novas medidas antes das eleições de 15 de novembro. Essa limitação não está apenas ligada ao pleito, que gera um clima político cada vez mais exacerbado. Para tomar iniciativas mais ousadas, com um plano de desindexação da economia, o

governo precisa ver aprovado o orçamento que está sendo apreciado no Congresso. O mesmo ocorre com o orçamento das estatais e o projeto de lei que institui a indexação dos impostos. Sem isso, não há como anunciar qualquer plano econômico, porque as contas públicas não terão a mesma confiabilidade.

A complicar ainda mais a gestão da política econômica até o final do ano existe, além dos custos sociais da Constituinte que os empresários estão repassando automaticamente para os seus preços, a onda de greves do setor público, que chegou ao gabinete do ministro Mailson da Nóbrega e a greve do Banco do Brasil, marcada para terça-feira. Na mesma linha de complicação há o pagamento da URP aos funcionários públicos determinado pela Justiça e o pagamento do 13º salário. Tudo isso a contribuir para uma inflação maior nesses dois últimos meses do ano. Some-se a isso o aumento dos combustíveis, das tarifas públicas e outros preços administrados pelo governo, que terão um forte peso no índice de novembro.

## PACTO

Se o governo vai optar por um congelamento de preços é uma dúvida que só o tempo afastará. Mas um importante assessor da equipe econômica, em favor do argumento de que não haverá medidas de choque, afirmou: “Para se fazer um choque é preciso que, com razoável antecedência, uma equipe trabalhe em cima disso. E não há ninguém trabalhando”. Completando o raciocínio, esse assessor mostra-se seguro de que, se houver congelamento de preços, isso terá que ser feito com outra equipe econômica.

A eventual execução de um plano econômico que inclua uma desindexação gradual da economia poderia partir dos entendimentos do pacto social que está sendo negociado entre patrões e empregados. A indicação do ministro Ronaldo Costa Couto como interlocutor do governo na mesa de negociações está sendo interpretada como o primeiro gesto de que o governo, afinal, resolveu jogar as suas cartas.

Uma nova política salarial e de reajustes de preços, ingredientes básicos para uma desindexação, poderia resultar dessas conversações e serem encampadas pelo governo. Até porque, argumentam alguns economistas oficiais, o governo não tem mesmo força para impor uma política de rendas que defina quem vai pagar a conta no processo de desindexação. “E a negociação do pacto é a única forma de diluir as perdas”, conclui um desses economistas.